



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

Texto 1 – Guerra civil

Renato Casagrande, *O Globo*, 23/11/2017

O 11º Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando o crescimento das mortes violentas no Brasil em 2016, mais uma vez assustou a todos. Foram 61.619 pessoas que perderam a vida devido à violência. Outro dado relevante é o crescimento da violência em alguns estados do Sul e do Sudeste.

Na verdade, todos os anos a imprensa nacional destaca os inaceitáveis números da violência no país. Todos se assustam, o tempo passa, e pouca ação ocorre de fato. Tem sido assim com o governo federal e boa parte das demais unidades da Federação. Agora, com a crise, o argumento é a incapacidade de investimento, mas, mesmo em períodos de economia mais forte, pouco se viu da implementação de programas estruturantes com o objetivo de enfrentar o crime. Contratação de policiais, aquisição de equipamentos, viaturas e novas tecnologias são medidas essenciais, mas é preciso ir muito além. Definir metas e alcançá-las, utilizando um bom método de trabalho, deve ser parte de um programa bem articulado, que permita o acompanhamento das ações e que incentive o trabalho integrado entre as forças policiais do estado, da União e das guardas municipais.

1

O texto 1 é parte de uma coluna de um jornal carioca e pertence ao seguinte gênero:

- (A) descritivo, pois nos dá características e qualifica o estado de violência no Brasil;
- (B) narrativo, pois fornece ao leitor uma sequência progressiva de ideias até a conclusão;
- (C) descritivo-narrativo, pois mistura os dois traços destacados nas opções anteriores;
- (D) dissertativo-expositivo, pois registra, de forma isenta, dados objetivos sobre um de nossos maiores problemas;
- (E) dissertativo-argumentativo, pois defende ideias sobre as providências a serem tomadas no combate à violência.

2

O texto 1 começa pelo seguinte período: “O 11º Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando o crescimento das mortes violentas no Brasil em 2016, mais uma vez assustou a todos”.

Na estruturação geral do texto 1, esse tipo de introdução tem a finalidade de:

- (A) incentivar a leitura do texto pela referência a um problema que atinge a todos;
- (B) causar suspense, omitindo as razões do crescimento da violência constatado pelo relatório;
- (C) fundamentar o texto de forma oficial e burocrática, a fim de valorizar o que vai ser expresso;
- (D) provocar reação de raiva e consciente tomada de atitude por parte da população diante do problema exposto;
- (E) demonstrar a continuidade de um problema contra o qual o texto é construído.

3

O título dado ao texto 1 é *Guerra civil*; tal título se justifica pelo fato de:

- (A) a grande quantidade de mortos ser mais frequente em guerras civis, quando participa a população por inteiro;
- (B) as mortes ocorridas serem integralmente devidas ao emprego de armas de fogo;
- (C) os fatos referidos terem ocorrido predominantemente em centros urbanos mais populosos;
- (D) a violência ter acontecido entre membros de uma mesma nacionalidade;
- (E) os casos relatados não envolverem elementos militares, mas somente a população civil.

4

“O 11º Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando o crescimento das mortes violentas no Brasil em 2016, mais uma vez assustou a todos”.

O senão que se poderia apontar na escritura desse primeiro período do texto 1 é:

- (A) a preferência por uma forma de gerúndio (mostrando) em lugar de uma forma de oração desenvolvida (que mostra);
- (B) o emprego desnecessário de acento gráfico sobre uma palavra latina (Fórum);
- (C) a ausência do vocábulo “número” entre “crescimento” e “das mortes violentas”, que daria mais coerência ao segmento;
- (D) a utilização da expressão “em 2016” em lugar de “no ano de 2016”, que traria mais clareza ao texto;
- (E) a colocação inadequada da expressão “mais uma vez”, que deveria ser colocada ao final do período.

5

No texto 1, ocorrem muitos segmentos precedidos pela preposição DE; o termo em que o emprego dessa preposição NÃO é obrigatório, pois não é determinado pela regência de um termo anterior é:

- (A) “implementação de programas”;
- (B) “incapacidade de investimento”;
- (C) “objetivo de enfrentar o crime”;
- (D) “períodos de economia mais forte”;
- (E) “contratação de policiais”.

6

O segundo período do primeiro parágrafo do texto 1 – *Foram 61.619 pessoas que perderam a vida devido à violência* -, em relação ao período anterior, tem a função de:

- (A) explicitar o crescimento da violência, documentando numericamente o número de vítimas;
- (B) acrescentar uma informação de caráter oficial, dando autoridade ao texto;
- (C) comprovar o crescimento da violência, destacando esse crescimento nas regiões Sul e Sudeste;
- (D) comparar o número de vítimas com o do ano anterior, demonstrando objetivamente o que foi dito;
- (E) demonstrar a imparcialidade jornalística, apelando para um dado de caráter objetivo.

7

“Foram 61.619 pessoas que perderam a vida devido à violência”. Nesse segmento, o autor do texto 1 utilizou um tipo de linguagem figurada na expressão “perderam a vida”; esse tipo de figura se caracteriza por:

- (A) substituir um termo por outro de significado semelhante;
- (B) comparar dois termos por meio de alguma semelhança;
- (C) deslocar um termo sintático para uma ordem inversa;
- (D) atribuir uma ação humana a um ser inanimado;
- (E) modificar um termo para que se torne menos agressivo.

8

O texto 1 apresenta uma série de conectores em suas ligações sintáticas; o conector que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) “...que perderam a vida devido à violência” / causa;
- (B) “Agora, com a crise...” / companhia;
- (C) “...mesmo em períodos de economia mais forte” / concessão;
- (D) “...crescimento da violência em alguns estados” / tempo;
- (E) “...mas é preciso ir muito além” / conclusão.

9

O primeiro parágrafo do texto 1 é constituído por três períodos; sobre o terceiro período, é INCORRETO afirmar que:

- (A) é parcialmente redundante já que a informação do crescimento da violência no Brasil já foi dada antes;
- (B) indica a supervalorização de algumas regiões do Brasil em relação às demais;
- (C) faz supor que o crescimento da violência nas regiões destacadas foi bem maior que nas demais;
- (D) leva o leitor à suposição de que o crescimento da violência não atingia anteriormente essas regiões;
- (E) mostra uma quebra de expectativa quanto ao crescimento da violência no Brasil.

10

O segmento do texto 1 em que a conjunção E tem valor adversativo (oposição) e NÃO aditivo (adição) é:

- (A) “...crescimento da violência em alguns estados do Sul e do Sudeste”;
- (B) “Todos se assustam, o tempo passa, e pouca ação decorre de fato”;
- (C) “Tem sido assim com o governo federal e boa parte das demais unidades da Federação”;
- (D) “...viaturas e novas tecnologias”;
- (E) “Definir metas e alcançá-las...”.

11

“Na verdade, todos os anos a imprensa nacional destaca os inaceitáveis números da violência no país”.

Esse segmento do texto 1, no contexto, indica valor:

- (A) adversativo;
- (B) concessivo;
- (C) conclusivo;
- (D) explicativo;
- (E) temporal.

12

“Na verdade, todos os anos a imprensa nacional destaca os inaceitáveis números da violência no país”.

O vocábulo “inaceitáveis” equivale ao “que não se aceita”.

A equivalência correta abaixo indicada é:

- (A) tinta indelével / que não se apaga;
- (B) ação impossível / que não se possui;
- (C) trabalho inexequível / que não se exemplifica;
- (D) carro invisível / que não tem vistoria;
- (E) voz inaudível / que não possui audiência.

Texto 2 – Violência: O Valor da vida

Kalina Vanderlei Silva / Maciel Henrique Silva, *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 412

A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas. Em geral, ao nos referirmos à violência, estamos falando da agressão física. Mas violência é uma categoria com amplos significados. Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro.

Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta, porque, para sobreviver em ambientes hostis, o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal.

Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens e valores exclusivos e negados à maioria da população de uma sociedade. Tal desigualdade aparece em condições históricas específicas, constituindo-se em um tipo de violência fundamental para a constituição de civilizações.

13

“A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas”.

A frase abaixo em que houve troca indevida entre sob/sobre é:

- (A) O clima sob os tetos das celas era tenso;
- (B) Deus faz chover sob homens justos e injustos;
- (C) Sob o ponto de vista político, essa proposta é inviável;
- (D) O preso trazia, sob o casaco, drogas proibidas;
- (E) Cavando o solo, os presos traziam muita terra sob as unhas.

14

O par de palavras em que a troca de posição acarreta modificação de sentido é:

- (A) amplos significados;
- (B) determinados indivíduos;
- (C) ambientes hostis;
- (D) escala inédita;
- (E) sociedades complexas.

15

Entre os conectivos abaixo sublinhados, aquele que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) “Mas violência é uma categoria com amplos significados”. / explicação;
 (B) “Mas violência é uma categoria com amplos significados”. / meio ou instrumento;
 (C) “Hoje, esse termo denota, além da agressão física...” / adição;
 (D) “...para sobreviver em ambientes hostis” / direção;
 (E) “Por outro lado, nas sociedades complexas...” / lugar.

16

O segmento do texto 2 em que a substituição do termo sublinhado por um pronome pessoal foi feita de forma adequada é:

- (A) “deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência” / deixou de ser-lhe;
 (B) “podemos definir violência” / podemos defini-la;
 (C) “Hoje, esse termo denota, além de agressão física, diversos tipos de imposição” / denota-los;
 (D) “Consideremos o surgimento das desigualdades” / consideremos-lo;
 (E) “ao nos referirmos à violência” / ao nos referirmo-la.

17

Em todos os segmentos abaixo há adjuntos adverbiais com valores semânticos diferentes; a opção em que a indicação desse valor está INCORRETA é.

- (A) “...no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas” / modo;
 (B) “...ao nos referirmos à violência, estamos falando de agressão física” / assunto;
 (C) “...o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal” / lugar;
 (D) “...um tipo de violência fundamental para a constituição de civilizações” / finalidade;
 (E) “...sempre foi violenta, porque, para sobreviver em ambientes hostis, ...” / meio.

18

A relação substantivo / adjetivo que está correta é:

- (A) social / socialista;
 (B) complexidade / complexa;
 (C) organização / organista;
 (D) indivíduo / individualidade;
 (E) reino / reinado.

19

Em todos os segmentos abaixo há termos unidos pela conjunção aditiva E; o segmento do texto 2 em que esses termos NÃO podem ser trocados de posição é:

- (A) “ou a censura da fala e do pensamento”;
 (B) “desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas”;
 (C) “deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização”;
 (D) “...e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho”;
 (E) “...desfrutaram de bens e valores exclusivos”.

20

“Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas”.

A manchete jornalística abaixo que NÃO se enquadra em nenhum tipo de violência citado nesse segmento do texto 2 é:

- (A) Presa por mensagem racista na internet;
 (B) Vinte pessoas são vítimas da ditadura venezuelana;
 (C) Apanhou de policiais por destruir caixa eletrônico;
 (D) Homossexuais são perseguidos e presos na Rússia;
 (E) Quatro funcionários ficaram livres do trabalho escravo.

21

“Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas”.

Segundo esse segmento do texto 2, o conceito de violência:

- (A) não designa mais a agressão física;
 (B) limita-se a casos que envolvam a sociedade como um todo;
 (C) aumentou sua significação de forma ampla;
 (D) passou a abranger questões ligadas ao desrespeito à religiosidade dos cidadãos;
 (E) modificou seu significado, abandonando valores tradicionais.

22

“Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) “hoje” se refere ao dia em que foi publicado o texto;
 (B) “esse termo” se refere a um termo ainda a ser citado;
 (C) “além de” tem valor de localização;
 (D) “diversos tipos” é o mesmo que “tipos diversos”;
 (E) “repressão” é adjetivado por três termos de valor adjetivo.

23

“Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas”.

Esse segmento do texto 2 contém:

- (A) 1 oração;
 (B) 2 orações;
 (C) 3 orações;
 (D) 4 orações;
 (E) 5 orações.

24

A forma verbal “complexificaria” aparece sublinhada de vermelho no corretor de texto, o que mostra que não é uma palavra dicionarizada; isso significa que essa palavra:

- (A) não deve ser usada;
- (B) mostra erros em sua estrutura;
- (C) deve ser um arcaísmo;
- (D) pode tratar-se de um neologismo;
- (E) representa uma variação coloquial de linguagem.

25

A palavra abaixo que NÃO segue o mesmo processo de formação que as demais é:

- (A) agressão;
- (B) imposição;
- (C) repressão;
- (D) familiar;
- (E) desgaste.

26

“Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social...”; se modificarmos a oração reduzida de infinitivo por uma oração desenvolvida, a forma adequada seria:

- (A) para a criação de uma desigualdade social;
- (B) para que se criasse uma desigualdade social;
- (C) para que se crie uma desigualdade social;
- (D) para a criatividade de uma desigualdade social;
- (E) para criarem uma desigualdade social.

27

“Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens e valores exclusivos e negados à maioria da população de uma sociedade”.

Nesse segmento do texto 2, o primeiro termo que estabelece coesão com um termo anterior é:

- (A) fenômeno;
- (B) em que;
- (C) essa desigualdade;
- (D) bens e valores;
- (E) população.

28

“Dessa forma, podemos definir a violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro”.

A forma do verbo “impor” que está INCORRETA é:

- (A) impunha;
- (B) impusesse;
- (C) imponha;
- (D) impuser;
- (E) impora.

29

“Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria”.

A utilização do termo “ou seja” introduz:

- (A) uma informação sobre o significado de um termo anteriormente empregado;
- (B) a explicação de uma expressão de difícil entendimento;
- (C) uma outra maneira de dizer-se rigorosamente a mesma coisa;
- (D) acréscimo de um esclarecimento sobre o que foi dito antes;
- (E) a ênfase de algo que parece importante para o texto.

30

“Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria”.

Sobre um componente desse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) o sujeito da forma verbal “foi usada” está posposto;
- (B) a frase “para criar uma desigualdade” indica uma concessão;
- (C) o relativo “a qual” se refere a um termo seguinte;
- (D) o termo “alguns teóricos” funciona como objeto direto;
- (E) a forma verbal no futuro do pretérito – desenvolveria – indica uma possibilidade.

Legislação Específica

31

O Município de Salvador, capital do Estado da Bahia, é regido por sua Lei Orgânica, a qual estabelece, em matéria de organização dos poderes municipais, que:

- (A) são poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que estão sujeitos à fiscalização contábil, orçamentária e financeira do Tribunal de Contas;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e do Procurador-Geral, na forma prevista na Constituição da República de 1988;
- (C) é o Vereador obrigado a testemunhar, em qualquer caso, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, e sobre as pessoas que lhe confiaram tais informações;
- (D) perde automaticamente o Prefeito seu cargo, quando for denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime inafiançável contra a Administração Pública;
- (E) compete privativamente ao Prefeito municipal decretar estado de calamidade pública, pelo prazo de até noventa dias, após aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

32

A Constituição da República de 1988 estabelece normas sobre a divisão de competências entre os entes federativos.

Na esteira do mandamento constitucional, de acordo com sua Lei Orgânica, ao Município de Salvador compete:

- (A) prover sobre denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos, vedada a utilização de nome, sobrenome ou cognome de pessoas vivas;
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;
- (C) organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros municipal, nos termos da lei complementar editada pela Câmara Municipal;
- (D) legislar sobre trânsito e transporte, bem como sobre populações indígenas, mantendo mecanismos de fiscalização para o fiel cumprimento das leis;
- (E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei específica que dispõe sobre a matéria.

33

João, Vereador Municipal de Salvador, dois meses após tomar posse no cargo, estabeleceu domicílio fora do Município onde exerce a vereança, bem como foi nomeado pelo Prefeito e está exercendo função de membro do Conselho Municipal de Saúde.

Em razão dos fatos narrados, de acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador, João:

- (A) não está sujeito a qualquer sanção de natureza cível ou administrativa, eis que mudou de domicílio após ter tomado posse e porque as funções de membro de conselhos municipais são compatíveis com o exercício do mandato eletivo;
- (B) não está sujeito a qualquer sanção de natureza cível, mas pode ser penalizado por sanção disciplinar, com advertência ou suspensão de até noventa dias, em razão da mudança de domicílio para outra cidade;
- (C) está sujeito à suspensão por até trinta dias do mandato, a ser decretada pela Câmara, por meio de voto da maioria absoluta dos seus membros, por iniciativa da Mesa da Câmara, de qualquer Vereador ou, ainda, pelo Judiciário;
- (D) está sujeito à perda do mandato, a ser decretada pela Câmara através de voto de dois terços dos seus membros, por iniciativa do Prefeito, da Mesa da Câmara, de qualquer Vereador ou, ainda, pelo Judiciário;
- (E) está sujeito à perda do mandato, a ser decretada pela Câmara através da maioria absoluta dos seus membros, por iniciativa da Mesa da Câmara, de qualquer Vereador ou, ainda, pelo Judiciário.

34

A Câmara Municipal de Salvador aprovou em redação final determinado projeto de lei e o enviou ao Prefeito. Ocorre que o Chefe do Executivo Municipal, no prazo legal, após parecer da procuradoria, considerou o projeto, em parte, inconstitucional, razão pela qual o vetou parcialmente, comunicando ao Presidente da Câmara.

Consoante dispõe a redação atual da Lei Orgânica do Município de Salvador, o veto:

- (A) não poderia ter sido feito de forma parcial pelo Prefeito, que apenas tem a prerrogativa de vetar na integralidade projetos de leis que considere inconstitucionais;
- (B) poderá ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Vereadores, mediante parecer prévio da procuradoria da Câmara, hipótese em que o projeto de lei será enviado para publicação no diário oficial pelo Presidente da Câmara;
- (C) será apreciado dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores;
- (D) poderá ser derrubado pelo voto qualificado de três quintos dos Vereadores, hipótese em que o projeto de lei será enviado para proclamação no diário oficial pelo Presidente da Câmara;
- (E) será apreciado na primeira sessão legislativa subsequente ao seu recebimento pela Câmara, que poderá rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos Vereadores.

35

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, a Câmara Municipal elegerá, a dois de janeiro do primeiro ano da Legislatura, a Mesa Executiva:

- (A) que é constituída de um Presidente, três Vice-Presidentes, quatro Secretários, um Corregedor, um Ouvidor e um Ouvidor Substituto para o mandato de dois anos;
- (B) cuja eleição é realizada em primeira convocação com a presença de, pelo menos, a maioria absoluta dos Vereadores que compõem a Câmara;
- (C) que tem competência para iniciativa dos projetos de lei que versem sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;
- (D) cuja composição deve atender à representação proporcional dos partidos políticos, conforme votação da maioria simples dos Vereadores presentes na primeira sessão legislativa;
- (E) que pode convocar Secretário Municipal ou titulares de entidades autárquicas e fundações para, no prazo de vinte e quatro horas, prestar pessoalmente informações sobre assuntos de interesse da Câmara.

36

A Lei Complementar nº 01/91 institui o regime jurídico único dos servidores públicos do município do Salvador.

Em relação ao provimento dos cargos públicos, o mencionado diploma normativo estabelece que:

- (A) ao entrar em exercício, o servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório, por período de dois anos;
- (B) na readaptação, o servidor estável que estava em disponibilidade retornará ao exercício do cargo público anteriormente ocupado;
- (C) por meio da reintegração ocorrerá o retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado ou correlato, decorrente de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- (D) na nomeação para cargo em comissão dar-se-á preferência aos servidores integrantes de cargos das carreiras técnicas ou profissionais do Município;
- (E) pelo aproveitamento, o servidor público estável será investido em cargo de atribuições compatíveis com as limitações que tenha sofrido por motivo de doença.

37

Maria é servidora pública estável ocupante de cargo efetivo na Câmara Municipal de Salvador. O Prefeito da mesma cidade convidou Maria para ocupar cargo em comissão de Assessora, diretamente vinculado a seu gabinete.

No caso em tela, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis de Salvador, a cessão de Maria do Poder Legislativo para o Executivo:

- (A) não é possível, pelo princípio da separação dos Poderes, eis que o cargo efetivo originário de Maria faz parte de carreira junto ao Legislativo municipal;
- (B) não é possível, por incompatibilidade financeira no que concerne ao pagamento de pessoal, exceto se Maria obtiver licença para trato de assuntos particulares junto à Câmara;
- (C) é possível, desde que, em matéria de remuneração de pessoal, a cessão seja feita sem ônus para o órgão cedente, isto é, para a Câmara Municipal;
- (D) é possível, desde que, em matéria de remuneração de pessoal, a cessão seja feita com ônus para o órgão cedente, isto é, para a Câmara Municipal;
- (E) é possível, desde que a remuneração pelo cargo efetivo seja suportada pelo órgão cedente, isto é, a Câmara Municipal e a gratificação pelo cargo em comissão, pelo Executivo.

38

Durante o ano de 2017, José ficou licenciado por oito meses consecutivos, por motivo de doença de sua mãe, mediante comprovação médica, pois demonstrou ser indispensável a sua assistência pessoal, que não podia ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

Com base no texto legal do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis de Salvador, José:

- (A) teve que comprovar a doença de sua mãe por meio de perícia médica do INSS, e a necessidade do acompanhamento do doente pelo servidor, mediante parecer da Secretaria Municipal de Saúde;
- (B) recebeu a integralidade de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente nos seis primeiros meses, e dois terços de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente nos outros dois meses finais da licença;
- (C) teve que comprovar a doença de sua mãe por meio de junta médica, e a necessidade do acompanhamento do doente pelo servidor para tratar de seus interesses econômicos ou comerciais;
- (D) recebeu seus vencimentos e vantagens de caráter permanente, de forma proporcional a seu tempo de contribuição, durante todos os oito meses de licença;
- (E) poderia renovar a licença por motivo de doença em pessoa da família pela mesma causa até o limite de vinte e quatro meses, percebendo a integralidade de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente.

39

Carlos, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, por questão pessoal, no exercício da função pública, referiu-se de modo depreciativo ao Prefeito Municipal, ao lançar informação no bojo de processo administrativo.

Conforme estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, após as formalidades legais, em tese, Carlos está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) advertência, caso não seja reincidente;
- (B) suspensão, que não pode exceder a cento e oitenta dias;
- (C) multa, no valor de cinquenta por cento de seus vencimentos;
- (D) demissão, mediante processo administrativo disciplinar;
- (E) censura, independentemente de ser reincidente.

40

Ângela, servidora pública da Câmara Municipal de Salvador, realiza doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.

Pelo ato praticado, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador dispõe que Ângela tem direito a:

- (A) abono de faltas, podendo ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por três dias a cada seis meses de trabalho;
- (B) abono de faltas, podendo ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por um dia, no mês subsequente à doação de sangue;
- (C) abono de faltas, podendo ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por um dia a cada ano;
- (D) horário diferenciado de expediente, podendo ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, pela metade da jornada de trabalho de um dia, no prazo de um mês após a doação;
- (E) horário diferenciado de expediente, podendo ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, pelo turno da tarde ou manhã, conforme o horário da doação de sangue.

Conhecimentos Específicos**41**

Determinado Governador nomeou o irmão do Presidente da Assembleia Legislativa do mesmo Estado para exercer cargo em comissão em seu gabinete. Em troca, o Deputado Estadual que exerce a presidência da casa parlamentar nomeou a irmã de tal Governador para cargo em comissão, não por critérios técnicos e sim para completar a designação recíproca.

Na hipótese em tela, ambos os agentes políticos desrespeitaram a súmula vinculante do STF que veda o nepotismo cruzado e violaram diretamente o princípio informativo expresso da administração pública da:

- (A) publicidade, porque qualquer ato administrativo de nomeação deve ser precedido de estudo técnico;
- (B) autotutela, eis que qualquer ato administrativo deve buscar o interesse público e não o privado;
- (C) proporcionalidade, uma vez que o ato administrativo deve guardar relação com o clamor público por moralidade;
- (D) impessoalidade, pois o ato de administrativo não pode servir para satisfazer a favorecimentos pessoais;
- (E) razoabilidade, haja vista que a utilização de símbolos, imagens e nomes deve ser do administrador, não do ente público.

42

A Administração Pública Indireta decorre da descentralização de serviços e consiste na instituição, pelo Estado, por meio de lei, de uma pessoa jurídica a quem se atribui a titularidade e execução de determinado serviço público, como é o caso de uma:

- (A) concessionária que presta serviço público essencial para um município;
- (B) fundação privada que tem por objeto a capacitação e a atualização de profissionais na área da educação;
- (C) empresa pública que tem personalidade jurídica de direito público;
- (D) Câmara Municipal que tem função precípua de produzir legislação em nível municipal;
- (E) sociedade de economia mista que tem personalidade jurídica de direito privado.

43

A Constituição da República de 1988 estabelece que o servidor público estável só perderá o cargo nas hipóteses lá elencadas, dentre elas, em virtude de:

- (A) sentença judicial recorrível, em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa;
- (C) sindicância sumária disciplinar, em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (D) processo administrativo de que tenha resultado condenação por ato de improbidade administrativa aplicada pelo chefe do Poder Executivo;
- (E) inquérito policial do qual tenha resultado relatório final assinado pelo Delegado de Polícia apontando prática de crime.

44

João estacionou seu carro com as quatro rodas em cima da calçada, impedindo que os pedestres transitassem por ela, obrigando-os a passar pela via pública. Por tal razão, seu veículo foi guinchado por ordem do agente público municipal de trânsito.

Na hipótese em tela, foi aplicado o meio direto de coerção do ato administrativo, pelo seu atributo da:

- (A) coercitibilidade, com imprescindível recurso prévio ao Poder Judiciário;
- (B) imperatividade, com anterior processo administrativo para aplicação da pena administrativa;
- (C) autoexecutoriedade, que prescinde de prévio provimento jurisdicional;
- (D) presunção de legitimidade absoluta, que vigora em favor dos atos administrativos praticados pelo agente público;
- (E) autotutela, que autoriza o agente público a praticar atos de urgência em prol da coletividade.

45

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quando a lei cria um ato administrativo estabelecendo todos os seus elementos de forma objetiva, sem qualquer espaço para que a autoridade pública possa valorar acerca da conduta exigida legalmente, pois a lei já preestabeleceu a única conduta a ser praticada, está-se diante do poder:

- (A) discricionário, não havendo possibilidade de juízo de valor sobre a oportunidade e conveniência para prática do ato pela autoridade administrativa;
- (B) de polícia, que confere ao administrador público a oportunidade e conveniência para a prática do ato administrativo;
- (C) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública está adstrita às normas legais para a prática dos atos administrativos;
- (D) disciplinar, que é ostentado pelo administrador público para impor os atos administrativos aos particulares, atendendo ao interesse público;
- (E) vinculado, pois, preenchidos os requisitos legais, o ato administrativo tem que ser praticado pela autoridade administrativa.

46

A Câmara Municipal de Salvador optou por utilizar gás natural encanado, de maneira que realizará a contratação de fornecimento de gás natural com concessionário do serviço público, segundo as normas da legislação específica.

No caso em tela, de acordo com o texto legal da Lei nº 8.666/93, a licitação é:

- (A) dispensável, pois se trata de hipótese constante no rol taxativo do mencionado diploma normativo;
- (B) inexigível, pois se trata de hipótese constante no rol exaustivo do mencionado diploma normativo;
- (C) dispensada, pois se trata de hipótese constante no rol exemplificativo do mencionado diploma normativo;
- (D) obrigatória, em razão da natureza do serviço que será objeto do contrato administrativo;
- (E) obrigatória, em razão do valor do serviço que será objeto do contrato administrativo.

47

A Câmara Municipal de Salvador publicou edital de licitação para aquisição de veículos especificados no instrumento convocatório, com o objetivo de renovar sua frota. O valor total do contrato está estimado em oitocentos mil reais.

De acordo com as regras da Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação adequada para a contratação narrada é:

- (A) a carta-convite, de acordo com a natureza do objeto e o valor do contrato administrativo;
- (B) o leilão, pelo valor do contrato administrativo, independentemente da natureza de seu objeto;
- (C) a concorrência, de acordo com a natureza do objeto e o valor do contrato administrativo;
- (D) o concurso, pelo valor do contrato administrativo, independentemente da natureza de seu objeto;
- (E) a tomada de preços, de acordo com a natureza do objeto e o valor do contrato administrativo.

48

José, servidor público da Câmara Municipal, no exercício da função pública, ao impulsionar um processo administrativo, mediante a prática de um ato administrativo, lançou nos autos uma certidão, quando deveria ter feito um simples termo de informação.

Com base na doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela, aplica-se o princípio do processo administrativo:

- (A) do contraditório, segundo o qual o interessado no processo administrativo tem o direito público subjetivo de ver obedecida a forma previamente prevista para o ato, de maneira que o vício é inarredavelmente insanável;
- (B) do informalismo, segundo o qual o processo administrativo é impulsionado pelos agentes públicos que gozam de legitimidade e liberdade para escolher a forma dos atos administrativos, de maneira que não houve qualquer vício;
- (C) da verdade formal, segundo o qual a lei estabelece previamente a forma de todo e qualquer ato administrativo, e o seu desatendimento fere a verdade formal que é buscada em qualquer processo administrativo, causando invalidade;
- (D) da instrumentalidade das formas, segundo o qual a forma é o instrumento para que o ato alcance seus objetivos, de maneira que caso o ato não tenha causado prejuízos e tenha observado o interesse público, o vício da forma é sanável;
- (E) da motivação, segundo o qual todo ato administrativo praticado deve ser motivado com elementos previstos na lei, por meio da forma legal previamente estabelecida, sob pena de nulidade absoluta.

49

Almir, servidor público da Câmara Municipal de Salvador e membro da comissão permanente de licitação, valendo-se de seu cargo, em conluio com seu amigo Adir, que não é servidor público, frustrou a licitude de processo licitatório no âmbito do legislativo municipal. A fraude praticada fez com que a sociedade empresária de que Adir é sócio-administrador saísse vencedora no certame e celebrasse contrato superfaturado.

Na hipótese descrita, no que concerne ao sujeito ativo do ato de improbidade administrativa, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92:

- (A) Almir deve responder por ato de improbidade administrativa, mas Adir não pode ser responsabilizado por ato de improbidade porque não é servidor público;
- (B) ambos devem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa, seja o agente público Almir, seja o particular Adir que concorreu e se beneficiou do ato;
- (C) Almir e Adir não podem responder por ato de improbidade administrativa, porque não ostentam a qualidade de ordenador de despesas;
- (D) Adir deve responder por ato de improbidade administrativa porque causou dano ao erário, mas Almir não pode ser responsabilizado por ato de improbidade porque é servidor público;
- (E) Almir e Adir não podem responder por ato de improbidade administrativa, porque não ostentam a qualidade de agentes políticos.

50

Determinado Município do Estado da Bahia tem população de dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil habitantes e ocupa uma área territorial de seiscentos e noventa e três quilômetros quadrados.

Em tema de organização do Poder Legislativo Municipal, a Constituição da República de 1988 estabelece que a Câmara do citado Município deve observar o limite máximo de:

- (A) vinte e um Vereadores, diante de seu número de habitantes e de sua extensão territorial;
- (B) vinte e cinco Vereadores, diante de seu número de habitantes;
- (C) trinta e cinco Vereadores, diante de seu número de habitantes e de sua extensão territorial;
- (D) quarenta e três Vereadores, diante de seu número de habitantes;
- (E) cinquenta e cinco Vereadores, diante de seu número de habitantes e de sua extensão territorial.

51

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Nesse sentido, a Constituição da República de 1988 dispõe que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar:

- (A) vinculará o julgamento pela Câmara Municipal, exceto se os vereadores apontarem vício de legalidade;
- (B) deverá ser aprovado pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal;
- (C) poderá deixar de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- (D) apenas será afastado pela Câmara Municipal por decisão do Tribunal de Contas;
- (E) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

52

Controle da administração pública é o conjunto de instrumentos definidos pelo ordenamento jurídico, a fim de permitir a fiscalização da atuação estatal por órgãos e entidades do próprio poder público e também diretamente pelo povo.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, na classificação do controle da administração pública quanto à natureza do órgão controlador, destaca-se o controle:

- (A) administrativo, que decorre da competência que o Poder Judiciário tem para controlar os demais poderes;
- (B) legislativo, que é executado pelo Poder Legislativo, diretamente ou mediante auxílio do Tribunal de Contas;
- (C) legislativo, que é executado pelo Ministério Público, como órgão de controle externo dos demais poderes;
- (D) judicial, que é promovido pelo Tribunal de Contas em âmbito orçamentário em face dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- (E) judicial, que é titularizado pelo Ministério Público, que controla a legalidade dos atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo.

53

Considere os seguintes aplicativos:

- I. Chrome;
- II. Firefox;
- III. Internet Explorer;
- IV. Windows Explorer.

Da lista acima, são destinados à navegação na Internet somente os aplicativos:

- (A) I e II;
- (B) I, II e III;
- (C) I, II e IV;
- (D) III e IV;
- (E) IV.

54

Considere um universo de apenas três páginas na Internet, com os respectivos conteúdos mostrados a seguir.

Página I.

Enquete da Folha com 200 pessoas tenta mapear os nomes que mais se destacaram na história do país; *Getúlio Vargas* é o mais citado, seguido por Juscelino Kubitschek e Machado de Assis ... Na inglesa, consagrou-se Sir Winston *Churchill*, primeiro-ministro que levou a Inglaterra à vitória na 2ª Guerra.

Página II.

Enquete da Folha com 200 pessoas tenta mapear os nomes que mais se destacaram na história do Brasil; *Getúlio Vargas* é o mais citado, seguido por Juscelino Kubitschek e Machado de Assis ... Na inglesa, consagrou-se Sir Winston *Churchill*, primeiro-ministro que levou a Inglaterra à vitória na 2ª Guerra.

Página III.

Enquete da Folha com 200 pessoas tenta mapear os nomes que mais se destacaram na história do país; *Getúlio Vargas* é o mais citado, seguido por Juscelino Kubitschek e Machado de Assis ... Na inglesa, consagrou-se Sir Winston *Churchill*, primeiro-ministro que levou a Inglaterra à vitória na 2ª Guerra contra a Alemanha.

Nesse contexto, uma busca no Google com o texto

`churchill -alemanha-brasil "Getulio Vargas"`

retornaria:

- (A) somente a página I;
- (B) somente a página II;
- (C) somente as páginas I e II;
- (D) somente as páginas II e III;
- (E) as páginas I, II e III.

55

A transferência de um arquivo com 2G bytes, por meio de uma conexão com uma hipotética taxa de transmissão constante, de 540K bit por segundo, seria feita em aproximadamente:

- (A) 1 hora;
- (B) 3 horas;
- (C) 5 horas;
- (D) 7 horas;
- (E) 9 horas.

56

O termo URL denota um endereço de recurso na Internet e, informalmente, confunde-se com o termo *link*.

Considere os exemplos a seguir.

- I. `www.globo.com`
- II. `http://192.168.1.1`
- III. `kk@site.com.br`
- IV. `www.registro.br`
- V. `http://x.com`

O único exemplo que NÃO corresponde a uma URL válida é:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) IV;
- (E) V.

57

No MS Word 2010 em português, na configuração padrão, toda vez que se digita *ONS*, por exemplo, o texto digitado é imediatamente substituído por *NOS*.

Essa característica pode ser ajustada/eliminada:

- (A) por meio da seção Opções de AutoCorreção;
- (B) por meio do mecanismo de Controle de Alterações;
- (C) pela troca do dicionário correntemente utilizado;
- (D) pela edição do Dicionário de Sinônimos;
- (E) pela mudança do idioma de referência do mecanismo de Ortografia e Gramática.

58

Observe atentamente o trecho de um documento no MS Word 2010 exibido a seguir.

Um elefante incomoda muita gente. Dois elefantes incomodam muito mais. Três elefantes incomodam muita gente. Quatro elefantes incomodam muito mais.

Sobre esse trecho foi aplicado um comando de substituição, e o seu conteúdo foi alterado conforme se observa a seguir.

Um elefante carrega muita gente. Dois elefantes carregam muito mais. Três elefantes carregam muita gente. Quatro elefantes carregam muito mais.

O comando *Substituir* foi utilizado com as opções normais, ou seja, *Diferenciar maiúsculas e minúsculas*, *Localizar apenas palavras inteiras* e *Usar caracteres curinga* desligadas.

Nessas condições, é correto afirmar que os termos digitados nas caixas *Localizar* e *Substituir como*, respectivamente, devem ter sido:

- (A) *incomodam, carregam*;
- (B) *incomoda, CARREGAM*;
- (C) *incomodam, carrega*;
- (D) *incomoda, CARREGA*;
- (E) *INCOMODA, carrega*.

59

João recebeu um arquivo texto, com dados sobre as dezenas de milhares de clientes da sua empresa, e precisa organizar e analisar esses dados. No arquivo, cada linha corresponde a um cliente, todas elas com o mesmo número de colunas separadas por tabulação. Há uma linha de títulos no início do arquivo.

Uma das melhorias que João pretende alcançar é padronizar a grafia dos nomes e códigos. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro aparece como “Rio”, “R. Janeiro”, “Rio de Jan”, “RJ”, e assim por diante. O mesmo ocorre para outras cidades.

Para começar, é preciso identificar as diferentes grafias que ocorrem nas colunas a serem padronizadas.

Há várias maneiras para fazer isso no MS Excel 2010, mas uma forma bastante simples é:

- (A) classificar todas as linhas usando as colunas no critério de classificação;
- (B) usar a função CONT.VALORES nas colunas;
- (C) usar o recurso de *Validação de Dados* nas colunas;
- (D) na guia *Dados*, importar o arquivo texto e aplicar filtros nas colunas;
- (E) usar a função FIND.DUPS nas colunas.

60

Considere a seguinte fórmula, digitada na célula B1 de uma planilha do MS Excel.

=SE(A1>1000;SE(A1> 2000;A1*0,2-150;A1*0,15-50);A1*0,1)

Dado que a célula B1 foi copiada e colada (Ctrl-C e Ctrl-V) nas células B2, B3 e B4, e que os valores das células A1, A2, A3 e A4, respectivamente, são 450, 1.800, 5.000 e 100, os valores das células B1, B2, B3 e B4, respectivamente, são:

- (A) 55; 440; 800 e 10;
- (B) 100; 220; 1050 e 10;
- (C) 55; 100; 950 e 15;
- (D) 45; 220; 850 e 10;
- (E) 100; 220; 750 e 20.

61

Drivers são importantes elementos para o funcionamento do Windows, e usualmente requerem manutenção ao longo do tempo, devido ao acoplamento de novos equipamentos e/ou novas versões de equipamentos.

O gerenciamento da maior parte dos *drivers* no Windows 7 é feito por meio do recurso:

- (A) Central de Sincronização;
- (B) Limpeza do disco;
- (C) Painel de Controle;
- (D) Restauração do Sistema;
- (E) Windows Explorer.

62

O botão *Desligar* na tela de início do Windows 7 oferece algumas opções complementares, dentre elas, *Bloquear*, *Fazer logoff*, *Reiniciar*, *Suspender*, *Trocar usuário*.

Dessas opções, as únicas que preservam o estado da sessão atuais como aplicativos abertos e arquivos em edição, de modo que o usuário corrente possa a ela voltar, é:

- (A) Bloquear, Suspende;
- (B) Bloquear, Suspende, Trocar usuário;
- (C) Bloquear, Fazer logoff, Suspende, Trocar usuário;
- (D) Suspende, Trocar usuário, Fazer logoff;
- (E) Suspende, Trocar usuário.

63

Um administrador recém-formado acaba de ser aprovado em um concurso, para atuar no nível operacional de uma instituição pública de grande porte. Ele acredita que, nesse início de carreira, será mais exigido em sua capacidade de usar ferramentas e conhecimentos específicos de administração, tais como elaboração de orçamentos e avaliação de projetos na área em que for designado.

Em Administração, esse tipo de capacidade é conhecida como habilidades:

- (A) estratégicas;
- (B) conceituais;
- (C) humanas;
- (D) técnicas;
- (E) processuais.

64

Um jornal publicou recentemente o seguinte anúncio de emprego:

“Auxiliar administrativo – responsável por dar suporte administrativo e técnico na área de materiais, patrimônio e logística. Atividades: monitorar material de expediente; levantar necessidade de material; requisitar materiais; conferir material solicitado; providenciar devolução de material fora de especificação; distribuir material de expediente; conferir expedição de malotes e recebimentos; monitorar execução de serviços gerais (limpeza, transporte, vigilância). Aceita-se primeiro emprego”.

As atividades do cargo estão relacionadas, majoritariamente, à seguinte função administrativa:

- (A) operações;
- (B) planejamento;
- (C) controle;
- (D) organização;
- (E) patrimônio.

65

Um órgão público vem revendo suas práticas e políticas de gestão, de forma a promover a descentralização da tomada de decisão nas áreas funcionais. A descentralização apresenta vantagens e desvantagens.

Entre as vantagens da descentralização, pode(m)-se apontar:

- (A) decisões mais consistentes com os objetivos globais da organização;
- (B) eliminação de esforços duplicados, reduzindo custos operacionais;
- (C) maior uniformidade nas decisões e nos procedimentos;
- (D) maior dispersão dos canais de comunicação pela organização;
- (E) maior agilidade e flexibilidade na tomada de decisões.

66

O processo de organização é pautado por alguns princípios ou elementos básicos, formulados por autores como Fayol e Weber.

O número de subordinados pelos quais um gestor é responsável e que determina, no processo de organização, formatos mais verticais ou horizontais das estruturas organizacionais é conhecido como:

- (A) cadeia de comando;
- (B) amplitude de controle;
- (C) descentralização;
- (D) divisão do trabalho;
- (E) especialização horizontal.

67

O presidente de uma empresa pública que opera em ambiente estável quer rever a estrutura organizacional, com vistas a favorecer ao máximo a redução dos custos operacionais. No entanto, o presidente quer estar atento a possíveis desvantagens na adoção dessa estrutura.

Tendo em vista o ambiente em que a empresa opera, a estrutura mais adequada para tal fim e uma de suas desvantagens são, respectivamente:

- (A) divisional; reforçar a tendência à burocratização;
- (B) matricial; dificultar a responsabilização;
- (C) matricial; produzir redundância de esforços;
- (D) funcional; dificultar a especialização;
- (E) funcional; dificultar a coordenação entre departamentos.

68

Nas organizações, o controle pode ser aplicado aos três níveis organizacionais: estratégico, tático e operacional.

No nível tático, o foco do controle está:

- (A) na capacidade de inovação da empresa;
- (B) no desempenho de unidades ou áreas da organização;
- (C) no grau de realização da missão, visão, estratégia e objetivos;
- (D) no desempenho de atividades e processos específicos, atribuídos a pessoas ou grupos;
- (E) no desempenho financeiro global da organização.

69

Uma empresa vem enfrentando problemas de baixa produtividade da mão de obra e aumento significativo dos pedidos de demissão. A cúpula da empresa considera que seria importante adotar controles preventivos, a fim de evitar que esses problemas aconteçam.

Seria um controle preventivo adequado à situação descrita:

- (A) avaliação de desempenho;
- (B) testes de seleção de recursos humanos;
- (C) auditoria interna;
- (D) supervisão direta;
- (E) *balanced scorecard* de recursos humanos.

70

Uma empresa pública de grande porte adotava departamentalização por processo. Após uma reestruturação, passou a adotar departamentalização geográfica.

A nova departamentalização apresenta, em relação à anterior, a seguinte desvantagem:

- (A) duplicidade de esforços e recursos;
- (B) dificuldade de adaptação a condições ambientais;
- (C) maior risco operacional;
- (D) menor autonomia decisória para os departamentos;
- (E) distanciamento da realidade dos mercados atendidos.

Realização

